



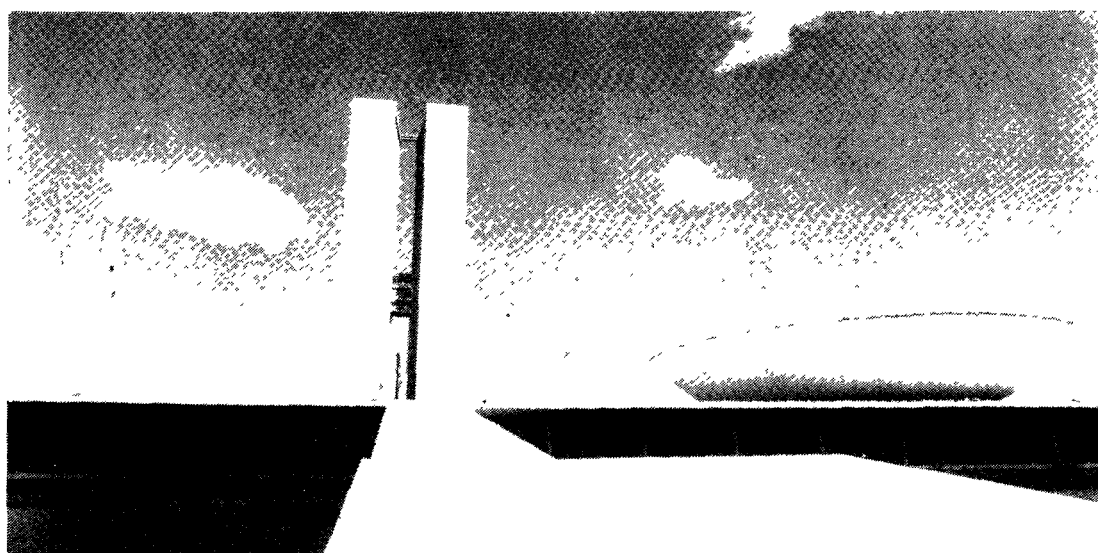
República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVIII — Nº 060

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 4 DE JUNHO DE 1983



CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 160.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE JUNHO DE 1983

1.2 — ABERTURA

1.2.1 — EXPEDIENTE

1.2.2 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Ameaça que paira sobre os trabalhadores, com a edição de um novo "pacote" econômico divulgado através dos meios de comunicação.

DEPUTADO WALL FERRAZ — Conclusão da BR-020, ligando Fortaleza a Brasília.

DEPUTADO ORESTES MUNIZ — Maneira como o Governo vem conduzindo a política econômica por intermédio de "pacotes".

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Apelo ao Governo Federal no sentido da prorrogação, por 3 anos, dos débitos dos agricultores e dos pequenos proprietários nordestinos.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS VASCONCELOS — Poluição que vem ocorrendo no rio Botafogo — PE.

DEPUTADO OSVALDO MELO — Protesto do Sindicato da Construção Civil do Estado do Pará, contra o Ministério do Interior e o BNH, em aprovar projeto de implantação nos Municípios de Santarém e Altamira — PA, de casas pré-fabricadas, em madeira, por empresa sediada no Sul do País.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Lançamento da Revista de Estudos Bíblicos e Históricos pelo Seminário Teológico Batista Fluminense.

DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO — Validade de medidas econômicas anunciadas para vencer as dificuldades em que hoje vive o País.

DEPUTADO HERMES ZANETTI — Registro de incidente ocorrido com S. Ex.^a e um

Assessor da Sr.^a Ministra da Educação e Cultura.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

N.º 14/83, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação, pela União, de percentual mínimo de sua receita tributária na manutenção e desenvolvimento do ensino, destinando-se parcela aos Estados, Distrito Federal e Municípios para combate ao analfabetismo, mediante convênio.

1.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação de calendário para a tramitação da matéria

1.3.3 — DISCURSO APÓS A ORDEM DO DIA

Ata da 160.^a Sessão Conjunta, em 3 de junho de 1983

1.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47.^a Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

AS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Odacir Soares — Hélio Gueiros — João Castelo — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Amaral Furlan — Mauro Borges — José Fragelli — Marcelo Miranda — Eneas Faria — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Artur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; José Burnett — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Milton Brandão — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

EXPEDIENTE

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIARIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície

Semestre		Cr\$ 3 000,00
Ano		Cr\$ 6 000,00

Exemplar Avulso Cr\$ 50,00

Tiragem 2 200 exemplares

DEPUTADO CARLOS SANT'ANA — Sugestão com vista à organização do calendário das sessões conjuntas.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 161.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE JUNHO DE 1983

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO HAROLDO LIMA — Escolha de lista sêxtupla dos concorrentes ao cargo de Reitor da Universidade Federal da Bahia.

DEPUTADO ALOÍSIO CAMPOS — Apelo em favor das populações do Nordeste atingidas pela seca, particularmente de Catolé do Rocha — PB.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se na próxima segunda-feira, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.2.3 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Luiz Henrique e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

2.3 — ENCERRAMENTO

SUMÁRIO DA ATA DA 147.^a SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 26-5-83

Retificação

Na publicação do Sumário, feita no DCN de 27-5-83, pág. 0900, 2.^a coluna, no item 2.3 — ORDEM DO DIA,

Onde se lê:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 47/83-CN, ...

Leia-se:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 52/83-CN, ..

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Carlos Eloy — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; João Hercúlio — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; Juarez Batista — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Paulino Cicero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Ronaldo Canedo — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; José Genoino — PT; Nelson do Carmo — PTB; Paulo Zarzur — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Levy Dias — PDS; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Oscar Alves — PDS; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Nelson Morro — PDS; Paulo Melro — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido

Ceará

Evandro Ayres de Moura — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB.

Paraíba

Alvaro Gaudêncio — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Joacil Pereira — PDS; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS.

Sergipe

Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Sant'Anna — PMDB; Francisco Pinto — PMDB; João Alves — PDS; José Lourenço — PDS; Manoel Novaes — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Pedro Ceolim — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Amaral Netto — PDS; Aroldo de Oliveira — PDS; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Jacques D'Ornellas — PDT; Júlio Caruso — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Mário Juruna — PDT; Sebastião Nery — PDT; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Pedro Germano — PDS; Sinval Guazzell — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 34 Srs. Senadores e 167 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, V. Ex.^{as} devem preocupar-se — acredito — com o “pacote” que se divulga através dos políticos, da imprensa falada e escrita, e que, na verdade, está preocupando cada um dos Deputados com assento nesta Casa, cada um dos Senadores, mas que preocupa, mais do que a todos, o proletariado brasileiro, os assalariados de todas as categorias profissionais o proletariado de baixa renda, a classe média, esmagada pela política econômica imposta à Nação por Ministros tidos, havidos, conhecidos por incompetentes e que se mantêm no cargo para deslante de quantos observam a política nacional brasileira, quer neste País, quer alhures, em países estrangeiros. A grande realidade é que a saída heróica, entre aspas, é agora apregoada por o novo “pacote”.

Na legislatura passada estava eu afastado da vida política brasileira, cassado, punido, e à distância observava os “pacotes”, “pacotinhos” e “pacotões”. Ao ensejo destes e por causa deles próprios, movimentou-se em São Paulo um grupo político capaz de lhe permitir empolgar o poder. E a campanha eleitoral memorável foi disciplinada e fizemos oito Deputados Federais, onze Deputados Estaduais em São Paulo, sete Vereadores e os Prefeitos de Santo André e São Caetano do Sul.

E esta avalanche política aguardava, em chegando aqui, formar as oposições, para impedir que os “pacotes”, “pacotinhos” e “pacotões” voltassem a ser cogitados pelo Plenário, quer da Câmara, quer do Congresso Nacional.

Este novo “pacote”, Srs. Congressistas, é verdade, ameaça o proletariado, que vai ser esmagado ao ensejo da discussão e votação do Projeto de Decreto-Lei n.º 2.024, cuja dezena é o dobro da do 2.012, mas que na verdade representa o décuplo de desalento para os trabalhadores. O Decreto-lei número 2.024, na verdade, não teria e não tem qualquer eficácia mesmo se não existisse o “pacote” que apregoa. Imagine-se, Srs. Congressistas, que o Decreto-lei n.º 2.024 assenta categoricamente a inexistência dos 10% sobre o INPC, uma conquista dos assalariados deste País, que, em verdade, constitui já um direito adquirido, coisa julgada e ato jurídico perfeito, nos estritos termos constitucionais. Agora, o mesmo Decreto-lei n.º 2.024 vem tirar do bolso do trabalhador os 10% conquistados, que já fazem parte do seu orçamento. Ou pensa esta República que 10% não representam coisa alguma para o orçamento do trabalhador? Esses 10% já se contêm no bojo de seu orçamento, já estão consagrados na execução do orçamen-

to doméstico. Acrescentado a este problema, Sr. Presidente, o “pacote” que aí vem, haverá esmagamento total das pretensões proletarizadas de melhores dias neste País.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Wall Ferraz.

O SR. WALL FERRAZ — (PMDB — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quando a cidade de Brasília foi construída também foi elaborado um plano viário nacional que previa a construção de rodovias interligando Brasília a várias regiões do País. Assim, foram construídas a Brasília—Belo Horizonte, a Brasília—São Paulo, a Brasília—Rio de Janeiro e até mesmo a famosa Belém—Brasília. No entanto, uma dessas estradas até hoje não foi concluída, a BR-020, que faz a ligação entre Fortaleza—Brasília. Esta estrada é de grande importância para o meu Estado, o Piauí, e encontra-se paralisada na altura do Município de Picos. Ela beneficiará 22 municípios piauienses: Picos, São João do Piauí, Simplicio Mendes e São Raimundo Nonato são os principais.

Desta Casa já foram feitos três apelos ao Sr. Ministro dos Transportes e até o presente momento não tivemos resposta de S. Ex.^a sobre quais os propósitos do seu Ministério acerca da construção dessa rodovia. Daí, mais uma vez, em nome dos municípios piauienses que serão beneficiados pela BR-020, apelarmos novamente para o Ministro Soares Severo, no sentido de que explique as razões da paralização da BR-020, que irá beneficiar não só o Ceará como o Piauí e a Bahia.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Orestes Muniz.

O SR. ORESTES MUNIZ (PMDB — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ocupo a tribuna do Congresso Nacional para levantar um assunto que vários colegas nossos, Deputados e Senadores, já têm abordado há tempo e que acaba de ser colocado pelo nosso ilustre colega Farabulini Júnior: a maneira como o Governo vem conduzindo a política econômica da Nação, por intermédio de “pacotes”.

Todas as vezes em que o Governo quer atuar na área econômica, estabelece um “pacote”, sem ouvir os segmentos da sociedade que serão atingidos por ele.

Agora mesmo estamos na expectativa de ver, na próxima semana o Governo baixar mais uma série de normas econômicas, através de decretos, decretos-leis, resoluções, circulares, tudo estabelecido sem a participação da Câmara, do Senado, dos trabalhadores, de qualquer segmento da sociedade que irá, inexoravelmente, ser atingido por esse “pacote” do Governo.

Mas, retornando um pouco no tempo, iremos encontrar vários erros do Governo por falta de participação da sociedade. Um deles é o Acordo Nuclear. O Governo decidiu fazer um acordo nuclear com a Alemanha e não ouviu o Congresso Nacional, a comunidade científica brasileira, os vários segmentos da sociedade, e o resultado foi um grande erro na condução da política nuclear brasileira, a ponto de, após ter gastado altas verbas nesse investimento, estar sendo obrigado a desativar aquele empreendimento. Os recursos ali aplicados se converteram na dívida externa brasileira. Hoje, as classes trabalhadoras estão sendo penalizadas por causa da dívida que o Governo contraiu para construir as usinas nucleares. Agora, o Governo anuncia que deverá atrasar a construção de algumas hidrelétricas, como

a de Tucuruí, no Pará, a de Samuel, em Rondônia, e outras que foram iniciadas sem um planejamento adequado, embora tenhamos uma secretaria do Planejamento, órgão de planejamento da Presidência da República. Parece que o planejamento por eles feito, além de não ir ao encontro dos anseios da população, é elaborado sem uma previsão de como será conduzida a política econômica brasileira.

Ora, o Governo se esquece de que, enquanto sacrifica todas as classes trabalhadoras da Nação, jamais sacrifica o capital. O Governo remunera o capital adequadamente da correção monetária, através das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, mas os trabalhadores têm que ser sacrificados. O capital não se sacrifica com a crise, apenas o trabalhador.

Sr. Presidente, deixo este apelo, no sentido de que todos os brasileiros, todos os Congressistas se unam e procurem amenizar esse “pacote”, a fim de que o trabalhador não seja sacrificado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os jornais de anteontem trazem em manchete a afirmativa do Superintendente da SUDENE de que o Nordeste está à beira de uma convulsão social, de consequência imprevisíveis.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quando o dirigente de um órgão de desenvolvimento regional do porte da SUDENE, com a responsabilidade de dirigir programas de desenvolvimento para todo o Nordeste, expõe-se a afirmativas desse jaez na imprensa brasileira é porque a situação está mais grave do que companheiros desta Casa, oriundos de outras regiões, possam por acaso imaginar. A seriedade que reconhecemos aqui do Dr. Walfrido Samito nos credencia, neste momento em que faz essas afirmativas, a ocupar esta tribuna para apelar para o Governo Federal, no sentido de que as soluções cheguem, e imediatamente. Pronunciamento divulgado pela imprensa, feito pelo Deputado Evandro Ayres de Moura, do PDS, também mostra que, já em 1979, o Presidente Figueiredo se dizia preocupado com a situação do Nordeste. Semana passada, S. Ex.^a foi à televisão e novamente se mostrou preocupado com o problema do Nordeste, mas disse que ainda não teve tempo de encontrar a solução adequada. Ora, transcorrida mais da metade de seu Governo, S. Ex.^a ainda estaria buscando solução para o Nordeste. No entanto, nem foi preciso que uma semana de chuva castigasse o sul do País para que milhões e milhões de cruzeiros fossem destinados aos Estados de Santa Catarina e Paraná. É a discriminação que o nordestino vem sofrendo, através dos anos, por parte do Governo Federal. Nem foi preciso que o Sr. Presidente da República virasse, como prometera, o mapa do Brasil de cabeça para baixo, porque nessa situação já se encontra o Nordeste, levado pela fome e pelo desespero dos seus filhos.

Fazemos daqui um apelo ao Governo Federal e ao Banco Central, no sentido de que, enquanto o Presidente, através de seus Assessores, procura solução para o Nordeste — e duvidamos venha encontrá-la — pelo menos S. Ex.^a prorrogue os débitos dos agricultores e dos pequenos proprietários para com as casas de crédito oficial deste País; prorrogue-os por três anos, como já se fez em épocas anteriores, porque sem produzir, os pequenos produtores não poderão saldar os débitos; e, assim sendo, os cobradores, os emissários dos bancos oficiais estão às suas portas, ameaçando-os de protesto, ameaçando tomar os seus bens, ameaçando

levá-los à Justiça. O produtor nordestino e o pequeno proprietário estão sem saber o que fazer com esta situação desesperadora.

Aqui fica meu apelo, no sentido de que o Presidente da República se sensibilize com o Nordeste, para que o silêncio dos Governadores chegue a S. Ex.^a, a fim de alguma solução urgente seja dada a esses sofrendores nordestinos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Vasconcellos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas, encontra-se em Brasília o Prefeito de Itapissuma, Sr. Iris Ribeiro, eleito primeiro Prefeito daquela cidade, recentemente emancipada.

O Prefeito Iris Ribeiro tem realizado, à frente da Prefeitura, uma administração com a coletividade. Talvez seja o mais expressivo exemplo, em Pernambuco, de uma administração que trabalha ouvindo o povo e tendo o povo como participante efetivo da ação da Prefeitura Municipal.

O que traz o Prefeito a Brasília é a poluição que vem ocorrendo no rio Botafogo, causando imensos danos à população carente da cidade de Itapissuma. Aqui, no Congresso Nacional, e na Câmara dos Deputados, tenho feito, no correr destes cinco anos em que sou Deputado Federal, inúmeros pronunciamentos sobre a poluição dos rios de Pernambuco, baseado em estudos realizados pela Comissão dos Pescadores, mostrando o sofrimento da população pelo descaso dos administradores públicos, que tiram, de fato, a possibilidade de sobrevivência de milhares e milhares de pernambucanos. A imprensa do meu Estado, o *Diário de Pernambuco*, tem registrado ultimamente o absurdo que acontece na cidade de Itapissuma. E, no último domingo, publicou o seguinte:

“A Prefeitura de Itapissuma, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarassu e a Colônia Z-10 de Itapissuma denunciaram ao Governo do Estado e à Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa o alto índice de poluição por dejetos industriais no Distrito de Botafogo, principalmente por resíduos de cloro. A poluição já causou a morte, este ano, de 10 pessoas, além de acidentes generalizados em mais de 30 hospitalizadas no dia 8 deste mês.

O prefeito Ives Ribeiro, viajou ontem para Brasília, onde vai apresentar um relatório circunstanciado ao ministro da Saúde pedindo providências para o caso, informando ainda às autoridades federais que a principal fonte de renda do município, a pesca, está sendo prejudicada pelos resíduos da fábrica Agro-Industrial de Itapissuma mais conhecida como Fábrica Araripe. A indústria vem, gradativamente, poluindo as águas do canal de Nova Cruz, de onde os peixes, em sua maioria impregnados daquela substância têm causado problemas de saúde à população.”

Segundo manifesto com grande número de assinaturas, solicitando providências para a preservação da vida na Vila Botafogo, centenas de pessoas estão sofrendo as consequências da poluição na pele e na visão (inclusive cegueira em adultos e crianças), e os recém-nascidos, têm sido afetados.

A situação agravou-se nos últimos dias. Ainda no dia 8 de maio, por um excessivo despejo de cloro, cerca de 30

pessoas residentes em Botafogo foram medicadas no Hospital de Igarassu: Severino Gomes da Silva, Valdeci, Cremilda, José Severino de Miranda, Maria Josélia de Miranda, Maria Lúcia Gonçalves, Antônio Severino da Silva, Gerônimo Severino da Silva, Ana Duda, Almir, Maria Gomes, Maria, Inisa, Sérgio Lourenço, Rosemere, Lenira Maria da Conceição, Mário Jorge de Lima, Edeneide Maria da Conceição, Edleide Maria da Conceição, Jorge Fidélis de Lima Filho, Cícero Fidélis de Lima, Pedro, Damiana Maria dos Santos, Luciano dos Santos, Suelli dos Santos, Bartolomeu Fidélis de Lima, Luzimar Maria Alves, Jório Severino Alves e Josefa Pereira de Lima.”

Sr. Presidente, estou lendo a relação das pessoas medicadas naquele dia, para comprovar a gravidade do problema.

Logo no dia 10, entretanto, continuaram os acidentes causados pela poluição do rio Botafogo.

Basta dizer que “um dos casos mais dramáticos é o de dona Maria Rodrigues da Silva, que perdeu 10 netos no espaço de dois anos. Seu marido, Antônio Rodrigues também se encontra doente, bem como ela própria. Dona Maria, que é parteira, advertiu que as crianças já estão nascendo doentes, sem resistência e muitas nascem mortas”.

Sr. Presidente, existe uma população que está sendo vítima desta poluição do rio. São 600 residências na Vila Botafogo, em que os habitantes estão sendo prejudicados, pelo descaso das autoridades públicas.

Quero chamar a atenção de V. Ex.^a, Sr. Presidente, e dos nobres Srs. Deputados e Senadores para o fato de que a indústria que polui o rio Botafogo pertence ao Grupo Votorantim, implantado pelo saudoso ex-Senador José Ermírio de Moraes. Dirige essa indústria um dos mais lúcidos empresários deste País, que é o Sr. Antônio Ermírio de Moraes.

Gostaria de fazer um apelo aos que constituem o Grupo Votorantim, em especial ao industrial Antônio Ermírio de Moraes, no sentido de que observem a situação dramática resultante da operação da fábrica de cloro de Igarassu, a chamada Fábrica de Araripe, que está impedindo que os pescadores busquem no rio o sustento de suas vidas e, já agora, causando, segundo o recorte do *Diário de Pernambuco* que li aqui, inúmeras vítimas. Não é possível que um industrial do porte do Sr. Antônio Ermírio de Moraes não interfira na sua fábrica, na cidade de Itapissuma, em Igarassu, para evitar um angustiante problema de milhares e milhares de pessoas que ali vivem.

Tendo em vista a seriedade da denúncia que trago à Casa, reafirmo apelo aos dirigentes do Grupo Votorantim e ao Governo do Estado de Pernambuco, no sentido de que, através da CPRH, agilizem as medidas necessárias para salvar tantas vidas dizimadas pela poluição do rio Botafogo.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Melo.

O SR. OSVALDO MELO (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fazemos eco, nesta tribuna, de um protesto do Sindicato da Construção Civil do Pará contra o BNH e o Ministério do Interior.

“A diretoria do Sindicato da Indústria da Construção do Pará decidiu manifestar ao Ministro Mário Andreazza, do Interior, e Presidente do Banco Na-

cional da Habitação, José Lopes de Oliveira, a inconformação geral diante da “surpreendente e injustificável deliberação” do BNH em aprovar o projeto de implantação nos municípios de Santarém e Altamira, de cerca de mil e oitocentas casas populares pré-fabricadas, em madeira, obra em execução por empresa sediada no sul do país.

Uma das ponderações do Sindicato, no documento assinado pelos presidentes dessa entidade, Octávio Bittencourt Pires, e da Ademi (Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Pará), Domingos do Amaral Acatauassu Nunes e de que as obras do volume e com as características das que estão em execução em Santarém e Altamira não foram objeto de processo licitatório normal, nem no Pará, e nem em outros Estados, tirando a oportunidade de poderem vir a ser executadas por empresas locais, porque não concorreram. Segundo o documento o Sindicato tem uma empresa associada “detentora de instalações industriais de vulto com tecnologia própria, relacionada com o uso de madeiras regionais para a pré-fabricação de casas, integralmente aprovadas, utilizada, com êxito, e sem qualquer contestação, em várias obras de expressão na Amazônia inclusive governamentais, como o caso do Programa Carajás. Conforme fizeram ver os presidentes do Sindicato e da Ademi, diante de tais fatos “torna-se insubsistente o solerte argumento, de que a construção de casas pré-fabricadas de madeira exige tecnologia especializada, inexistente na Amazônia”. Daí pedirem que “seja sustado o processo de construção de casas populares pré-fabricadas, e efetiva à luz dos argumentos, a retomada mediante licitação pública”.

QUESTÃO INCOERENTE

Para os presidentes do Sindicato e Ademi, respectivamente, Pires e Acatauassu, é incompreensível que, justamente quando o Presidente da República é veemente em seus pronunciamentos, defenda a necessidade de serem reduzidos os desníveis econômicos, um órgão, como o BNH “proceda acintosamente de maneira diversa, aliando de forma ostensiva em obras a serem realizadas no Pará as empresas de construção civil locais. Essas empresas com dificuldades financeiras, consequência dos problemas que o setor enfrenta, tem nesses empreendimentos fator decisivo para sua sobrevivência, e, portanto, para o emprego de dezenas de pessoas que, direta ou indiretamente, que sustentam em época de intensa crise”.

GRAVE COMPROMETIMENTO

Pires e Acatauassu lembraram que tem sido comprovado que as espécies madeiras com que tem sido, na Amazônia construídos os conjuntos residenciais, oriundas de outras regiões do país, especialmente do sul, não suportam, por muito tempo, as especialíssimas condições climáticas desta região, e, assim, mesmo quando quimicamente tratadas, em curto prazo passam a exibir grave comprometimento geral, obrigando seus proprietários ou ocupantes a significativos e custosos reparos ou como tem sido freqüente, à própria substituição integral dessas unidades habitacionais”.

Exemplificaram que no Pará atuam com larga e incontestável tradição profissional, quase todas, cadastradas no BNH, dezenas de empresas de construção civil que têm executado, e continuam a fazê-lo, de modo proficiente e

em toda a Amazônia, expressivas obras civis, de diversificada natureza, inclusive e destacadamente no setor de casas populares, quer em alvenaria, quer com utilização de madeiras regionais selecionadas e comprovadamente adequadas para essas obras, trabalhando em escala industrial e o alojamento pelo BNH "significa o estranhável abrandamento de experiência técnica adquirida durante largos anos de experiência, hoje com êxito, mas principalmente a reincidência em grave e conhecido erro técnico, o da construção na Amazônia de casas pré-fabricadas com uso de madeiras que não resistem às características especiais do clima regional, e que terão o mesmo fim das que, nas mesmas condições, foram no passado condenadas ao fracasso."

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a "Revista de Estudos Bíblicos e Históricos", publicação do Seminário Teológico Batista Fluminense, veio ocupar um espaço que ainda estava vazio na literatura evangélica produzida no País. Seu primeiro número circulou em abril de 1983, sob a direção do ilustre Pastor e Historiador Dr. Ebenézer Soares Ferreira.

Registro nos Anais desta Casa o nascimento deste periódico, pois entendo que o evento tem caráter significativo para a história do evangelismo pátrio, atendendo aos reclamos de muitos estudiosos e realizando os ideais de seu diretor, que sempre desejou "publicar uma revista que enfocasse bons estudos bíblicos, que pudessem servir aos crentes como subsídios aos seus estudos e que lhes fornecesse também estudos históricos, principalmente sobre o trabalho realizado pelos evangélicos no Brasil".

Neste primeiro número da **Revista de Estudos Bíblicos e Históricos**, seu diretor publica uma listagem de assuntos que devem aparecer, aos poucos, nas edições subsequentes. Referida amostragem dá bem uma visão ampla do que promete a Revista, sendo certo que sua utilidade para os leitores há de crescer a cada número.

Penso que a crítica literária vai receber bem este esforço de publicação do Seminário Teológico Batista Fluminense, sobretudo em razão da forma de apresentação dos assuntos, colocados didaticamente, o que enseja seu aproveitamento por um público leitor heterogêneo, como creio ser do interesse dos editores.

Pessoalmente, Sr. Presidente, obtive da Revista, que apresento a esta Casa, lições de vida espiritual bastante significativas, quer lendo Benjamin César, na análise que faz sobre a vida do Ministro do Evangelho, quer relembrando, com Assis Cabral, as experiências de Stuart Edmond Mac Nair, missionário de nacionalidade inglesa, engenheiro civil e contador, que elegeu o Brasil como sua segunda pátria, com o fim de deixar aos brasileiros a mensagem do Evangelho na sua pureza neotestamentária. Outros artigos, igualmente importantes, oferecem enlevo espiritual e nos colocam em contato com figuras ilustres do evangelismo pátrio.

Manifesto, Sr. Presidente, meus aplausos ao Pastor Ebenézer Soares Ferreira pela iniciativa de publicar a **Revista de Estudos Bíblicos e Históricos** e formulo votos de maior êxito a esta publicação, que já nasceu com méritos justificados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra o nobre Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PDS — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Oposição critica o Governo em função de medidas que serão adotadas na área econômico-financeira e que estão a nível de especulação, mas que sem dúvida alguma estão sendo esperadas por todo o País. Chegamos a uma inflação em torno de 120%, a uma dívida externa que é conhecida por todos, e a Nação reclama medidas urgentes e sérias, para que possamos reencontrar o caminho do desenvolvimento, o caminho da paz social, e, portanto, como desdobramento, o caminho da prosperidade. Entendemos que as medidas anunciadas, embora não confirmadas, muitas delas, sem dúvida, possibilitarão ao País vencer as dificuldades em que hoje vive, pois sabemos que é impossível à Nação conviver com os atuais índices inflacionários. Uma das medidas, por exemplo, aquela que deixa de limitar o crédito no setor bancário, considero da maior importância, porque, certamente, com a redução do IOF — Imposto sobre Operações Financeiras — esta providência irá provocar a baixa das taxas de juros, com as quais a economia do País não pode conviver, muito menos o empresário.

Embora ache que, relativamente à agricultura, essas medidas são difíceis e poderão prejudicar nosso desenvolvimento setorial, aquelas que vão taxar, por exemplo, o Open, que não é mais nada menos do que uma especulação financeira que está prejudicando a Nação, devem ter o apoio da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, pois só assim o País poderá ultrapassar e vencer essas dificuldades, mediante a compreensão de todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Hermes Zaneti.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tive há poucos dias uma audiência com a Sr.^a Ministra da Educação e, ao chegar à minha residência, um assessor de S. Ex.^a havia-me telefonado para dizer que o empenho dele em conseguir tal audiência não fora correspondido por um discurso que fiz neste Plenário.

Quero registrar aqui que não aceito censura sobre um pronunciamento que fiz desta tribuna, censura que, acho, vem desmerecer o Congresso Nacional. Não posso aceitar que um assessor da Sr.^a Ministra da Educação telefone para a minha casa e diga que o esforço dele em me haver conseguido a audiência não havia sido correspondido pelo teor do discurso que pronunciei desta tribuna, analisando as consequências da audiência com S. Ex.^a

É o registro que quero fazer, porque penso ser do meu dever.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) —

Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 23, 24, 28, 25, 29, 36, 37, 31, 34, 38 e 57, de 1983-CN, em regime de urgência, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis n.ºs 1.984, 1.983, 1.982, 1.985, 1.988, 1.986, 1.987, 1.991, 1.992, 1.990 e 1.989, de 1982.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da sessão, o Sr. 1.º-Secretário irá proceder à leitura da Proposta de Emenda à Constituição n.º 14, de 1983.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 14, DE 1983

Estabelece a obrigatoriedade de aplicação, pela União, de percentual mínimo de sua receita tributária na manutenção e desenvolvimento do ensino, destinando-se parcela aos Estados, Distrito Federal e Municípios para combate ao analfabetismo, mediante convênio.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 176 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"§ 4.º A União aplicará anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino 14% (quatorze por cento), no mínimo, de sua receita tributária, destinando-se, desse percentual, 4% (quatro por cento) para serem utilizados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, mediante convênio, no combate ao analfabetismo."

Justificação

Dentre as importantes conquistas do homem na sociedade moderna, ressalta o direito à educação, assegurado no art. 176 de nossa Lei Maior:

"A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola."

Trata-se, não resta dúvida, de louvável propósito governamental, infelizmente de natureza permanente, uma vez que sua exequibilidade vem desafiando o tempo e as autoridades envolvidas no processo educativo.

O que a realidade nos demonstra é a existência de um fosso profundo a separar a educação ideal da real, distância que se amplia cada vez mais em decorrência de deficiências qualitativas e quantitativas que, se não forem debeladas convenientemente, poderão fazer ruir todo o arcabouço educacional brasileiro.

Na busca incessante de soluções um pressuposto parece indispensável a qualquer projeto de melhoria pedagógica: o de que haja maior soma de recursos para o setor educação, dada a insuficiência dos mesmos face à magnitude da demanda.

A experiência internacional nos tem demonstrado sobejamente as vantagens da educação como investimento, havendo muitos países que, neste sentido, vem comprometendo elevados percentuais de seus vultosos orçamentos, como tem ocorrido com os mais desenvolvidos. Os Estados Unidos, França, Canadá, União Soviética e Suécia — para citar apenas os de maior tradição educacional — estão investindo mais de 7% (sete por cento) de seu PNB, conforme se pode constatar em anexo, assegurando, em contrapartida, não apenas a formação de recursos humanos de alto nível, mas também a construção de uma sociedade mais desenvolvida.

O Brasil, País com mais de 120 milhões de habitantes, — a maioria contida na faixa da menoridade e enfrentando problemas educacionais dos mais graves, como analfabetismo, reprovações e evasões escolares em massa, além da insuficiência crônica de vagas nos estabelecimentos oficiais — investe pouco mais de 5% (cinco por cento) de seu PNB, convindo mencionar que esse exíguo percentual, reduzido paulatinamente, vem sendo atribuído de acordo com as conveniências do Governo Federal

Tal atitude nos faz temer pela educação nacional em geral e pela sorte das gerações futuras em particular, se não for injetado maior percentual de recursos públicos no setor-educação, tal como ocorreu na vigência da Constituição de 1946, cujo dispositivo pretendemos, em parte, restaurar:

“Art. 169. Anualmente, a União aplicará nunca menos de 10% (dez por cento) e, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nunca menos de 20% (vinte por cento) da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.”

A Constituição atual libera a União da obrigatoriedade de investimento mínimo, embora mantenha a exigência no tocante aos Municípios, medida considerada inócua, em vista da precariedade dos recursos municipais (art. 15, § 3.º, letra f).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 4.024, de 1961) também contemplava dispositivo sobre o assunto, o qual foi revogado por força da Lei n.º 5.692, de 1971:

“Art. 92. A União aplicará anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, 12% (doze por cento), no mínimo, de sua receita de impostos e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 20% (vinte por cento), no mínimo.”

A recomendação tem prevalecido em relação aos Estados e Municípios, o que não ocorre com a União. Pesquisa recente levada a efeito pelo Professor Nelson do Vale Silva, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, revelou-nos que os Estados vêm aplicando de 11,9% a 23% (vinte e três por cento) de seu orçamento em educação. Isto sem considerarmos o salário-educação — hoje a maior fonte de financiamento do ensino de 1.º grau. Somente o Estado de São Paulo investe 40% (quarenta por cento) de sua receita orçamentária, enquanto os quatro Estados mais ricos: São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, juntos, concentram 68% (sessenta e oito por cento) dos gastos estaduais com educação.

Grande também tem sido o esforço municipal para dar cabo da ingente tarefa de proporcionar educação fundamental a todos os cidadãos. Há casos de municípios cuja receita orçamentária encontra-se totalmente comprometida com a educação. Faltam-lhes, infelizmente, recursos financeiros e técnicos suficientes para que se desincumbam de sua missão educativa a contento.

Enquanto isso a União, que arrecada cerca de 96% (noventa e seis por cento) da receita tributária nacional — conforme foi enfatizado na CPI, nesta Casa, apurou as causas do empobrecimento dos Estados e Municípios —, investe pouco mais de 5% (cinco por cento) de seu orçamento em educação, embora em 1961 já se recomendasse o percentual de 12% (doze por cento). O Japão, para atingir o ambicionado lugar de segunda potência mundial, chegou a investir 50% (cinquenta por cento) de sua receita orçamentária em educação.

Calcula-se em oito milhões o número de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos que estão sem frequentar escolas por falta de vagas. E o mais grave, metade das que iniciam a escolarização (mais de 4 milhões) abandonam os estudos ao cabo do 1.º ano, o que significa que nem sequer aprendem a ler e escrever. Este elevadíssimo contingente populacional, localizado principalmente no campo e na periferia das grandes cidades, é que vai engrossar a clientela do Morral, movimento pró-alfabetização tão auspiciosamente iniciado mas rapidamente estancado.

É bem verdade que a responsabilidade legal com o ensino de 1.º grau compete ao Município, conforme deixa transparecer a Lei n.º 5.692, de 1971:

“Art. 59. Aos Municípios que não aplicarem, em cada ano, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita tributária municipal no ensino de 1.º grau aplicar-se-á o disposto no art. 1.º, § 3.º, alínea “f” da Constituição.”

Parágrafo único. Os Municípios destinarão à Educação e Cultura um mínimo de 20% (vinte por cento) das transferências que lhes couberem no Fundo de Participação, na forma que vier a ser estabelecida em ato do Poder Executivo.

A situação agravou-se com o crescimento populacional aliado ao aumento da faixa de escolarização obrigatória de 4 para 8 anos, sem que ao incremento da demanda fosse atribuída maior soma de recursos.

O fracasso da escola brasileira, portanto, decorre basicamente da conjugação de dois fatores: 1) escassez de recursos estaduais e

municipais e 2) centralização dos recursos na órbita federal.

Para aliviar essa concentração, implementaram-se mecanismo de transferência de recursos aos Estados e Municípios, infelizmente insuficientes para o atendimento da demanda. Esta condição torna-se absolutamente imprescindível, tendo em vista a possibilidade de utilização desses recursos exclusivamente no ensino superior.

Aumentar pura e simplesmente a dotação orçamentária para o setor-educação não será solução para o problema do ensino se não forem estabelecidos critérios para sua utilização.

É preciso, portanto, utilizá-los convenientemente, obedecendo ao critério de prioridades fixado pelo próprio MEC: primeiro o ensino de 1.º grau e supletivo, no qual se insere o “ensino de ler, escrever e contar”, ou seja, a alfabetização; a seguir, os graus subsequentes.

Simultaneamente, a redistribuição de recursos deverá promover a correção dos desequilíbrios regionais, levando-se em conta que os Estados mais deficitários e com maiores problemas educacionais serão os maiores beneficiados.

A vinculação de dotação orçamentária federal à intensificação e melhoria do ensino tem merecido restrições de ordem administrativa ou puramente burocrática. Podemos, entretanto, louvar-nos em dois argumentos irrefutáveis:

1) a vinculação orçamentária já existe, embora inoperante e

2) o Estado tem o dever de promover o desenvolvimento do ensino.

QUADRO I

PERCENTUAL ATRIBUÍDO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA NO ORÇAMENTO DA UNIÃO, 1964-1981

Ano	União (Cr\$ bilhões)	MEC (Cr\$ bilhões)	Percentual
1964	2.110.257	205.614	9,74%
1965	3.774.963	417.968	11,07%
1966	4.719.085	457.432	9,70%
1967	6.943.198	604.644	8,71%
1968	11.097.643	359.428	7,74%
1969	14.229.267	1.236.646	8,69%
1970	17.650.984	1.293.189	7,33%
1971	23.099.700	1.566.154	6,78%
1972	32.176.800	1.811.400	5,62%
1973	43.833.500	2.283.813	5,31%
1974	58.556.000	2.901.332	4,95%
1975	90.247.261	3.893.359	4,31%
1976	139.325.000	6.492.951	4,66%
1977	287.540.536	16.056.071	5,58%
1978	401.026.000	16.737.517	4,17%
1979	569.799.500	33.609.975	5,90%
1980	998.036.170	52.805.041	5,29%
1981	2.077.600.000	100.910.792	4,86%
1982	4.471.970.000	212.912.511	5,32%
1983	10.047.300.000	536.161.971	5,96%

Fonte: 1964/81 — Subsecretaria de Orçamento do Senado Federal.
1982/83 — Assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados.

GASTO DO SETOR PÚBLICO EM EDUCAÇÃO, PROPORCIONALMENTE AO PRODUTO NACIONAL BRUTO, DOS PAÍSES-MEMBROS DA UNESCO.

Fonte: Unesco, Anuário, 1980

Ano 1977

1.º Arábia Saudita	8,7%
2.º Barbados	8,5%

3.º Holanda

Suécia 8,4%

5.º Argélia 8,3%

6.º Canadá 8,0%

7.º Botswana 7,7%

8.º Guiana
Noruega 7,6%

10.º União Soviética	
Togo	
Maurício	7,4%
13.º Finlândia	7,0%
14.º Tunísia	6,8%
15.º Dinamarca	6,7%
16.º Marrocos	
Bélgica	6,5%
18.º Estados Unidos	6,4%
19.º Irlanda	
Inglaterra	6,2%
21.º Zâmbia	
Saint Vicent	6,1%
23.º Egito	
Alemanha Oriental	5,9%
25.º Maurítânia	
França	
Bulgária	5,8%
28.º Líbia	
Áustria	5,5%
30.º Japão	
Somália	
Panamá	
Fiji	
Turquia	
Nova Zelândia	5,4%
36.º Luxemburgo	
Suíça	5,2%
38.º Irã	5,1%
39.º Kenya	
Iugoslávia	5,0%
41.º México	
Tchecoslováquia	4,8%
43.º Hungria	
Tanzânia	4,7%
45.º Seychelles	4,6%
46.º Equador	4,5%
47.º Serra Leoa	
Ilhas Virgens	4,3%
49.º Nigéria	
Senegal	
Iemen do Sul	4,1%
52.º Bolívia	
Tailândia	4,0%
54.º Gâmbia	3,9%
55.º Honduras	
Trinidad-Tobago	3,8%
57.º Granada	
El Salvador	3,7%
59.º Portugal	3,6%
60.º Nigéria	
Iraque	
Jordânia	
Malta	3,5%
64.º Peru	3,4%
65.º Brasil	
Chipre	3,2%

Países que não encaminharam dados a tempo de serem incluídos e que mantinham nível de investimento em educação.

Alemanha Federal, Itália, Congo, Costa do Marfim, Costa Rica, Jamaica, Santa Lúcia, Venezuela, Israel, Islândia, Austrália, Papua, Nova Guiné.

DEPUTADOS: Celso Peçanha — Alcides Franciscato — Bayma Júnior — Francisco Sales — Wagner Lago — Jackson Barreto — Moacir Franco — Manoel Viana — Raimundo Asfora — Guido Moesch — Sérgio Cruz — Edme Tavares — Sebastião Rodrigues Jr. — Júlio Costamilan — Nilton Alves — Walmor de Luca — Stélio Dias — Manoel

Ribeiro — João Herculino — Antônio Osório — Jorge Uequed — José Maranhão — Adroaldo Campos — José Penedo — Ludgero Raulino — Pedro Germano — Nilson Gibson — Cid Carvalho — Dionísio Hage — Otávio Cesário — Júlio Caruso — José Frejat — Ítalo Conti — Renan Calheiros — Luiz Dulci — Wanderley Mariz — Siegfried Heuser — JG de Araújo Jorge — Wall Ferraz — Ciro Nogueira — José Jorge — Orestes Muniz — Márcio Braga — Hélio Duque — Agnaldo Timóteo — Heráclito Fortes — Paulo Marques — Francisco Amaral — João Gilberto — Roberto Rollemberg — Gilson de Barros — Valmor Giavarina — José Carlos Fagundes — Alcides Lima — Joaquim Roriz — Marcelo Cordeiro — Epitácio Cafeteira — Aírton Sandoval — Ricardo Ribeiro — Horácio Matos — Dante de Oliveira — Leopoldo Bessone — José Maria Magalhães — José Mendonça Bezerra — Francisco Pinto — Haroldo Sanford — Genebaldo Correia — Leônidas Sampaio — Iturival Nascimento — Cristina Tavares — Manoel Costa Jr. — Wilson Falcão — Roberto Jefferson — Plínio Martins — Fernando Lyra — Nelson do Carmo — Milton Brandão — Siqueira Campos — Mário Frota — Saramago Pinheiro — Daso Coimbra — Mendonça Falcão — Octacílio de Almeida — Aluísio Bezerra — José Melo — Sebastião Ataíde — Marcelo Linhares — Wildy Vianna — Jutahy Júnior — Anselmo Peraro — Renato Viana — Casildo Maldaner — Farabulini Júnior — Albino Coimbra — Doreto Campanari — Maçao Tadano — Israel Pinheiro — Glória Júnior — Djalma Falcão — Fernando Carvalho — Mário Hato — Bonifácio de Andrada — Celso Sabóia — Márcio Santilli — Márcio de Lacerda — Osmar Leitão — Edison Lobão — Aécio de Borba — Denisar Arneiro — João Batista Fagundes — Cunha Bueno — Dilson Fanchin — Eraldo Tinoco — Emílio Gallo — Alcenio Guerra — Norton Macedo — Francisco Dias — Djalma Bessa — Lázaro Carvalho — Raimundo Leite — Victor Faccioni — Francisco Rollemberg — Aloysio Teixeira — Milton Reis — Sérgio Lomba — Jarbas Vasconcelos — Santos Filho — Wilson Vaz — Marcondes Pereira — Carlos Vinagre — José Carlos Teixeira — Alécio Dias — Paulo Guerra — Diogo Nomura — Coutinho Jorge — Ubaldo Batém — José Lourenço — França Teixeira — Evandro Ayres de Moura — Paulino Cicero de Vasconcelos — Myrthes Bevilacqua — Celso Carvalho — Antônio Câmara — Jorge Carone — Hélio Manhães — Raulo Bittencourt — Irupuan Costa Jr. — Brabo de Carvalho — Pimenta da Veiga — Fernando Cunha — Antônio Dias — Dirceu Carneiro — Eduardo Matarazzo Suplicy — João Herrmann — Iranildo Pereira — Mário Juruna — Milton Figueiredo — Domingos Leonelli — Raul Belém — Borges da Silveira.

SENADORES: Amaral Peixoto — Hélio Gueiros — Alvaro Dias — Itamar Franco — Marcelo Miranda — Aderbal Jurema — Alexandre Costa — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Gastão Müller — Humberto Lucena — Severo Gomes — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Enéas Faria — Saldanha Derzi — Mário Maia — João Lobo — Murilo Badaró — Moacyr Dalla — Affonso Camargo — Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Eunice Michiles, Almir Pinto, Jorge Kalume, Lourival Baptista, João Castelo, Raimundo Parente, Claudionor Roriz e os

Srs. Deputados Rômulo Galvão, Salvador Julianelli, Norton Macedo, Vieira da Silva e Brasília Caiado.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Gastão Müller, Fernando Henrique Cardoso, Severo Gomes, Affonso Camargo e os Srs. Deputados Ruy Codo, Hermes Zaneti, Raimundo Urbano, Francisco Dias.

Pelo Partido dos Trabalhadores — Sr. Deputado Luís Dulci.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — Sr. Deputado Arildo Teles.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Comissão Mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Perante a Comissão Mista, poderão ser apresentadas emendas, no prazo de 8 dias a contar de sua instalação, com o mesmo número de assinaturas previsto para a apresentação de propostas.

O parecer da Comissão Mista deverá ser apresentado até o dia 5 de agosto vindouro.

O Sr. Carlos Sant'Ana — Sr. Presidente, pela ordem, para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. CARLOS SANT'ANA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, as Lideranças recebem um calendário de sessões conjuntas. Do calendário recebido, consta para hoje, sexta-feira, dia 3 de junho, às 18:30, leitura de matéria, sendo que o Congresso não informa à Liderança qual vai ser a leitura. Todavia, no avulso, já divulgado hoje, consta matéria em regime de urgência para entrar às 18:30. Ora, a Liderança foi avisada previamente de que hoje, sexta-feira, seria leitura de matéria, consequentemente, leitura de mensagem, quando, subitamente, o Congresso determina e dispõe que vai entrar matéria em regime de urgência, numa sexta-feira, impressada entre dois feriados e sem que previamente o Congresso nos tivesse avisado de que isto ocorreria.

A Liderança do PMDB quer registrar sua reclamação para a circunstância.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Esta Presidência informa ao nobre Líder que as matérias em regime de urgência têm prioridade sobre as demais. Com relação à agenda fornecida a V. Ex.^a pelas Lideranças, a Mesa está impossibilitada de prestar qualquer informação ou esclarecimento, porque não tem em mãos a agenda que V. Ex.^a exhibe aí.

A Assessoria acaba de informar à Mesa, ratificando o que esta Presidência já esclareceu, que, por força de dispositivo constitucional, têm prioridade os Decretos Legislativos, tendo em vista o art. 51, § 3.º, cujo teor é o seguinte:

“Na falta de deliberação dentro dos prazos estabelecidos neste artigo e no parágrafo anterior, cada projeto será incluído automaticamente na ordem do dia, em regime de urgência, nas dez sessões subsequentes em dias sucessivos; se, ao final dessas, não for apreciado, considerar-se-á definitivamente aprovado.”

Para satisfazer o imperativo constitucional, a Presidência do Congresso houve por bem dar prioridade à discussão desses projetos, pois que estão com prazos a serem vencidos.

O SR. CARLOS SANT'ANA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. CARLOS SANT'ANA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não estou desconhecendo a legitimidade da regimentalidade do que o Congresso está fazendo. O que estamos reclamando e estranhando é a falta de comunicação prévia às Lideranças pelos resumos que o Congresso Nacional lhes envia. Essa comunicação prévia sempre deverá ser feita, não apenas à Lideranças do PMDB, mas às Lideranças de todos os partidos. E, se entra alguma coisa que, por força da circunstância e do tempo em que o expediente foi enviado às lideranças, não pôde constar, acho que, em aditivo, o Congresso Nacional, através da sua Mesa, deveria enviar às Lideranças uma nota, informando que há modificação e que, pelas circunstâncias que V. Ex.^a acaba de expressar, deverá entrar, ao invés de leitura de Mensagem, mais tal matéria em regime de tramitação de urgência etc.

Espero que V. Ex.^a esteja compreendendo bem o que estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa vai registrar a reclamação de V. Ex.^a e solicitar à Assessoria que informe com antecedência, de acordo com a solicitação de V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 11 horas e 35 minutos.)

Ata da 161.^a Sessão Conjunta, em 3 de junho de 1983

1.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47.^a Legislatura

Presidência do Sr. Almir Pinto

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Odacir Soares — Hélio Gueiros — João Castelo — Helvidio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Amaral Furlan — Mauro Borges — José Fragelli — Marcelo Miranda — Eneas Faria — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SR. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Artur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS;

Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; José Burnett — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Evandro Ayres de Moura — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Joacil Pereira — PDS; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavoura — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS.

Sergipe

Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Sant'Anna — PMDB; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; João Alves — PDS; José Lourenço — PDS; Manoel Novaes — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Sena — PMDB.

Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Pedro Ceolim — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Amaral Netto — PDS; Arolde de Oliveira — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Júlio Caruso — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Mário Juruna — PDT; Sebastião Nery — PDT; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Carlos Eloy — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS;

João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mauricio Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Oscar Corrêa — PDS; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Pasoni — PT; João Bastos — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Genoino — PT; Moacir Franco — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Paulo Zarzur — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Levy Dias — PDS; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Oscar Alves — PDS; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Nelson Morro — PDS; Paulo Melro — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Pedro Germano — PDS; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clark Platon — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 34 Srs. Senadores e 186 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA (PMDB — BA Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero registrar um fato insólito que volta a levantar o nome da Capital da Bahia, como uma cidade em que os setores mais combativos do povo se organizam e demonstram a expectativa de mudanças radicais que a maioria esmagadora da população alimenta.

Sob a coordenação da Associação dos Professores Universitários da Bahia, da Associação dos Servidores e do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia, estudantes, professores e funcionários se uniram para escolher diretamente a lista sêxtupla da qual deverá sair o nome do futuro Reitor da Instituição. Foi uma demonstração democrática, onde esteve presente bom nível organizacional. Centenas de urnas foram espalhadas no ambiente universitário, coletando os votos dos eleitores nos locais onde trabalham, nos diferentes **campi** e nas diversas unidades espalhadas por boa parte da cidade do Salvador

E o que se viu, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, foi o entusiasmo com que os três segmentos da Universidade acorreram às urnas. Votaram 8.930 pessoas. Fizeram questão de escolher o Reitor 30,2 por cento dos estudantes da Universidade, 52,3 por cento dos professores e 59,6 por cento dos servidores. Não houve praticamente campanha. Apenas um debate, em uma assembléia geral convocada conjuntamente pelas três entidades. A adesão expressiva da comunidade universitária ao chamamento às urnas é um sinal, dos mais evidentes, do ansio do povo brasileiro por democracia, da sua crença que não será a união dos generais nem da tecnocracia, mas a manifestação expressa e democrática das maiorias que poderá oferecer saídas para a crise que está instalada neste País e que o regime militar, ao contrário de debelar, só consegue aprofundar. Daí, o clamor nacional por eleições diretas para a Presidência da República, com o subsequente desprezo pelos chamados presidenciais que saem da agenda de personagens do Planalto.

A escolha, como é feita paralelamente à legislação vigente, não tem aplicação automática. Vai depender da homologação do Conselho Universitário, sendo o Reitor nomeado, posteriormente, dentre os seis, pelo Presidente da República, mediante indicação do MEC. Mas não resta dúvida que o Conselho Universitário vai convalidar as eleições procedidas esta semana. Afinal, se não reconhecer a validade de um processo tão democrático, com uma participação tão expressiva, não é o processo que deixa de ter legitimidade, é o próprio Conselho Universitário que se desautoriza diante da comunidade universitária. E a tradição de luta do povo baiano e, particularmente, dos estudantes, professores e funcionários da Universidade Federal da Bahia indicam cla-

ramente que a negação da homologação não passará sem grande manifestação de protesto.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há que tirar do processo da Universidade Federal da Bahia importantes lições. A primeira, sobre a qual já discorreremos, é o afã de participação democrática da sociedade brasileira. A segunda lição é a caducidade da estrutura universitária brasileira, a carcer de uma imediata revisão que considere a necessidade de envolvimento efetivo da comunidade interessada nos destinos da Universidade. Outra lição é a de que o povo brasileiro sabe a direção correta a seguir. Ao promover esta mobilização para a escolha direta do Reitor, a comunidade da Universidade Federal da Bahia não escolheu incorretamente os nomes de quem quer ser investido na função de reitor. Pela ordem de votação, escolheu os professores Jorge Hage Sobrinho, Ubirajara Rebouças, Navarro de Brito, Geraldo Sobral, Iraci Piccanço e Suzana Alice Castro. São todas pessoas do mais alto nível intelectual e de reconhecimento acadêmico inofismável. É oportuno lembrar, ademais, que dos seis escolhidos, cinco são pessoas declaradamente identificadas com o combate ao estado de coisas que se instalou no País como decorrência do golpe militar de 64. Aliás, o primeiro é, inclusive, um companheiro de partido, ocupando cadeira outorgada pelo voto popular na Assembléia Legislativa da Bahia. O segundo foi presidente da Associação dos Professores e o quarto, da OAB. O único integrante da lista que não poderia ser caracterizado nitidamente como um opositorista, entretanto, é sabidamente uma pessoa que amargava feridas que lhe foram impostas pelo governo ditatorial.

É, portanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, um exemplo a ser disseminado pelas demais universidades brasileiras, o da participação concreta, por meio de processos democráticos, na escolha das autoridades universitárias e, especialmente, dos reitores. As instituições têm que se identificar com o seu meio — esta é a principal lição a tirar do episódio.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Aluizio Campos.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acabo de receber telegrama do Prefeito de Catolé do Rocha, no meu Estado, em que nos dá notícia da trágica situação — como diz ele — em que se encontra o abastecimento de água naquele Município. A cidade de Catolé do Rocha está totalmente sem água, e a SUDENE vem prestando socorro precário, através de um caminhão que ali aparece episodicamente.

Fiquei preocupado, Sr. Presidente, quando, em uma das últimas sessões da Câmara

dos Deputados, o eminente Líder da maioria, Deputado Nelson Marchezan, referiu-se à possibilidade de serem utilizados recursos do FINSOCIAL para resolver o problema do Sistema Nacional de Habitação.

Ora, Sr. Presidente, os recursos do FINSOCIAL são, aparentemente, os únicos dos quais a região nordestina poderia dispor imediatamente, para enfrentar certos problemas de emergência, como este da falta de água até para o abastecimento urbano de cidades importantes do nosso interior.

Desta tribuna formulo apelo às autoridades responsáveis, ao Senhor Presidente da República, ao Sr. Ministro do Interior e ao Sr. Superintendente da SUDENE, no sentido de que S. Ex.^{as} adotem providências imediatas de socorro às populações do Nordeste atingidas pela calamidade, porque já estamos consados de aguardar medidas, constantemente prometidas e anunciadas, sem que jamais sejam postas em execução.

Sr. Presidente, fica registrado meu apelo, para que seja transmitido às autoridades competentes, ao Senhor Presidente da República, ao Sr. Ministro do Interior e ao Sr. Superintendente da SUDENE, traduzindo o clamor de meus coestaduanos.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Não há mais oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Foi encaminhada a esta Presidência a Proposta de Emenda à Constituição n.º 15, de 1983, que revoga os dispositivos que restringem a autonomia dos municípios brasileiros e dá nova organização política ao Distrito Federal.

Para leitura da matéria e demais providências necessárias à sua tramitação, convoco sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 11 horas, neste plenário.

O SR. LUIZ HENRIQUE — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Vou anunciar a Ordem do Dia, e, em seguida, V. Ex.^a terá a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Ordem do Dia. Matéria em regime de urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Havendo evidente falta de **quorum**, com fundamento no art. 29, § 2.º, do Regimento Comum, solicito a V. Ex.^a que declare encerrada a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — É evidente a falta de **quorum** e, de acordo com o Regimento, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 77

Está circulando o nº 77 (janeiro/março de 1983) da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 430 páginas, contém as seguintes matérias:

HOMENAGEM

- Senador Argemiro de Figueirêdo

COLABORAÇÃO

- Momentos decisivos do constitucionalismo brasileiro — *Miguel Reale*
- El Estado de Derecho en las Américas — *Jorge Reinaldo Vanossi*
- Enfoque constitucional dos direitos humanos no Brasil e no mundo — *Paulo de Figueiredo*
- O esgotamento dos recursos internos em experimentos contemporâneos das Nações Unidas de proteção dos direitos humanos — *Antônio Augusto Cançado Trindade*
- A desapropriação e suas condições constitucionais — *Rubem Nogueira*
- O mandato imperativo partidário — *Luiz Navarro de Britto*
- Distrito Federal: pessoa jurídica e o exercício de suas funções administrativa, legislativa e judiciária — *Emmanuel Francisco Mendes Lyrio*

- Os ilícitos civis no Direito Internacional Privado inglês — *C.G.J. Morse*
- O “repúdio” das mulheres pelo marido no direito mulçumano, visto pelo STF — *Negi Calixto*
- A participação dos trabalhadores nos lucros das empresas — *Joaquim Lustosa Sobrinho*
- Eficácia de las sanciones penales frente a la delincuencia económica — *Antonio Beristain*
- O poder de polícia, o desenvolvimento e a segurança nacional — *Cotrim Neto*
- O poder de polícia e a prevenção do delito — *René Ariel Dotti*
- Permanência e reintegração dos condenados no convívio social — *Armida Bergamini Miotto*
- Plágio — *Antônio Chaves*

PUBLICAÇÕES

- Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF (70160)

Encomendas mediante vale postal ou cheque *visado* (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo reembolso postal.

Preço do nº 77 (430 páginas) — Cr\$ 1.000,00

Assinatura para 1983
(Nºs 77 a 80) — Cr\$ 4.000,00

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 77

Está circulando o nº 77 (janeiro/março de 1983) da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 430 páginas, contém as seguintes matérias:

HOMENAGEM

- Senador Argemiro de Figueirêdo

COLABORAÇÃO

- Momentos decisivos do constitucionalismo brasileiro — *Miguel Reale*
- El Estado de Derecho en las Américas — *Jorge Reinaldo Vanossi*
- Enfoque constitucional dos direitos humanos no Brasil e no mundo — *Paulo de Figueiredo*
- O esgotamento dos recursos internos em experimentos contemporâneos das Nações Unidas de proteção dos direitos humanos — *Antônio Augusto Cançado Trindade*
- A desapropriação e suas condições constitucionais — *Rubem Nogueira*
- O mandato imperativo partidário — *Luiz Navarro de Britto*
- Distrito Federal: pessoa jurídica e o exercício de suas funções administrativa, legislativa e judiciária — *Emmanuel Francisco Mendes Lyrio*

- Os ilícitos civis no Direito Internacional Privado inglês — *C.G.J. Morse*
- O “repúdio” das mulheres pelo marido no direito mulçumano, visto pelo STF — *Negi Calixto*
- A participação dos trabalhadores nos lucros das empresas — *Joaquim Lustosa Sobrinho*
- Eficácia de las sanciones penales frente a la delincuencia económica — *Antonio Beristain*
- O poder de polícia, o desenvolvimento e a segurança nacional — *Cotrim Neto*
- O poder de polícia e a prevenção do delito — *René Ariel Dotti*
- Permanência e reintegração dos condenados no convívio social — *Armida Bergamini Miotto*
- Plágio — *Antônio Chaves*

PUBLICAÇÕES

- Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF (70160)

Encomendas mediante vale postal ou cheque *visado* (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo reembolso postal.

Preço do nº 77 (430 páginas) — Cr\$ 1.000,00

Assinatura para 1983
(Nºs 77 a 80) — Cr\$ 4.000,00

CÓDIGO PENAL

(atualizado e anotado)

2ª edição — 1982

- **Texto vigente do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7-12-40, com todas as alterações)**
- **155 notas explicativas**
- **Minucioso índice temático**

386 páginas

Preço: Cr\$ 900,00

**À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal**

22º andar — Brasília—DF

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo REEMBOLSO POSTAL.

CÓDIGO DE MENORES

(edição: 1982)

- Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que "Institui o Código de Menores"
- Índice temático
- Comparação com a legislação anterior (Decreto nº 17.943-A/27 e Leis nºs 4.655/65 e 5.258/67, alterada pela Lei nº 5.439/68)
- Anotações (textos legais; pareceres; comentários; depoimento na CPI do Menor)
- Histórico da Lei nº 6.697/79 (tramitação legislativa)

512 Páginas

Preço: Cr\$ 1.000,00

*À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal –
Anexo I – 22º andar – Brasília, DF (CEP: 70160) ou pelo REEMBOLSO POS-
TAL*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(formato bolso)

(8ª edição)

Texto consolidado da Constituição do Brasil, de 24-1-67, com a redação dada pelo Emenda Constitucional nº 1, de 17-10-69, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais nºs 2/73 a 22/82.

121 notas explicativas, com as redações originais dos dispositivos alterados.

Minucioso índice temático.

Preço:
Cr\$ 400,00

390 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: CR\$ 50,00